

**DAS RAZÕES QUE LEVARAM À TROCA DOS “NEGROS DA TERRA”
PELOS DE ALÉM-MAR**

Geovani Dias Pereira^{*1}

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar até que ponto o imaginário português da época das grandes navegações – e europeu, de um modo geral – influenciou na escolha do colono português pelo escravo africano. É claro que não pretendemos desprezar os fatores econômicos, políticos e sociais, que também foram decisivos para essa tomada de rumo. Porém, como veremos a seguir, mesmo esses fatores, em alguns casos, contribuíram para a consolidação de um imaginário colonial que atribuía ao escravo africano um maior valor que ao indígena, inclusive quando era mais lucrativo utilizar este que aquele.

Palavras-Chave: Brasil colonial; Escravidão nativa e africana; Imaginário europeu.

INTRODUÇÃO¹

À primeira vista, o título desse trabalho pode parecer injustificado. Afinal, a população nativa brasileira não apresentava a tez escura como a dos homens e mulheres que viriam, posteriormente, do outro lado do Atlântico. Entretanto – e *a priori* esta informação pode espantar os mais atentos –, houve até mesmo quem propusesse a negritude dos indígenas brasileiros a fim de justificar o seu cativeiro:

No Pará, os defensores da escravização dos ameríndios chegaram a argumentar que estes eram negros, razão suficiente também para que fossem escravos. E não seria à toa que aos índios os colonos portugueses chamavam “negros da terra”.²

Mas qual a relevância do argumento utilizado por colonizadores portugueses do Grão-Pará para o entendimento do processo global de troca dos escravos nativos pelos africanos? Ora, não nos interessa aqui o argumento em si – afinal, este justificava o cativeiro de nativos amazônicos, não de africanos –, mas o que ele deixa transparecer:

¹ O autor cursa sexto semestre de Licenciatura em História do CentroUniversitário Geraldo di Biase, Volta Redonda, Estado de Rio de Janeiro.

um imaginário³ que, a despeito de todos os fatores que plasmaram a sociedade colonial, transportava para a figura do negro as características consideradas indispensáveis ao bom escravo, de modo que propiciava uma associação quase que indistinta entre os termos *negro* e *escravo*⁴.

DE EPIDEMIAS E ESTEREÓTIPOS⁵

A discussão acerca da preferência do português pelo escravo africano é tão antiga quanto o próprio processo que tenta desmistificar. O padre jesuíta Antônio Vieira, em carta do século XVII à Câmara do Grão-Pará, já expunha o que considerava

as causas da ineficiência do índio em comparação com o africano: **a) os índios são menos capazes de trabalho; b) são menos resistentes a doenças;** c) fogem mais facilmente; d) morrem de saudades de sua vida original.⁶ (grifos nossos)

Todavia, o mais surpreendente é que muitos historiadores, séculos depois, não foram muito além disso. De fato, dentre os fatores recorrentemente apontados para explicar a troca do escravo nativo pelo africano, estão a suposta pouca resistência do aborígine às doenças européias, assim como sua pretensa menor capacidade de produção na grande lavoura, seja por razões culturais, seja por seu nível tecnológico *inferior*.

É deveras tentador considerar que as doenças européias foram causa de uma necessidade crescente de importar africanos. Afinal, elas realmente causaram grande matança entre os nativos:

Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolara a costa brasileira. Em 1559 e 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados dois corpos em cada cova. [...] A epidemia atingiu o auge em 1562. Milhares pereceram. As estimativas são de 30 mil mortos entre os índios sob o jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas no sertão [...] Em algumas propriedades, morreram de noventa a cem escravos. [...] Em 1563, uma segunda epidemia, desta vez de sarampo, se abateu sobre a já combalida população. Talvez mais 30 mil tenham morrido.⁷

Contudo, isso não significa que os nativos brasileiros eram realmente menos resistentes que os africanos às doenças européias. Os *Diálogos* de Ambrósio Fernandes Brandão, por exemplo, nos fazem ver que epidemias de varíola dizimaram tanto escravos nativos quanto africanos no Nordeste, entre 1616 e 1617⁸; e foram tantos que “ficaram muitos homens neste Estado do Brasil de ricos pobres pela grande mortandade que tiveram de escravos”⁹. Hermann Wätjen, outro autor do período colonial, também registra

dizimações de escravos africanos por epidemias durante a ocupação holandesa do Nordeste¹⁰.

Se admitirmos o fato de que as grandes epidemias que se alastraram sobre a população indígena brasileira, principalmente entre 1550 e 1570, não foram favorecidas por uma baixa imunidade *típica* do nativo, poderemos ver que foram as próprias características da colonização que propiciaram disseminação dessas epidemias. Uma das principais maneiras de inserir o indígena no mundo colonial era através das chamadas aldeias jesuíticas. Nessas aldeias, a interferência dos padres no modo de vida tradicional dos nativos era enorme; agindo dessa maneira, o que os jesuítas pretendiam era formar um verdadeiro campesinato indígena cristão¹¹, tornando-o “flexível às demandas européias por meio da aculturação e destribalização”¹². A interferência jesuítica na vida nativa mostrou-se, em geral, “mais solapadora que o controle dos colonos sobre suas tarefas e seu regime de trabalho”¹³. O agrupamento de grande quantidade de indígenas nessas aldeias jesuíticas, bem como o descompasso entre os novos costumes que eram obrigados a ter e seus usos tradicionais – tais como os usos medicinais – foram decisivos para que se acabasse criando um ambiente de permissividade com relação às medidas necessárias a uma profilaxia adequada. Foi esse ambiente, reproduzido em certa escala nos engenhos¹⁴, o fator mais importante por tornar o nativo presa fácil de epidemias.

A questão da menor eficiência do trabalhador nativo é também bastante complexa. Quando se diz que o indígena era menos produtivo que o africano, pode-se incorrer no erro de se deixar influir pelos estereótipos do *bom selvagem* e do *negro forte e trabalhador*¹⁵, cunhados na época colonial e utilizados à exaustão, até os dias de hoje, para justificar essa assertiva. Ora, é comum – tanto no passado, quanto no presente – atribuir à agricultura indígena o caráter de menos eficiente e *inferior* do ponto de vista tecnológico. Por isso (diz-se) os colonos prefeririam os africanos, cujo conhecimento agregado sobre práticas agrícolas intensivas os tornava melhores agricultores que os nativos. Contudo, ao deduzirmos que a agricultura nativa era menos eficiente que a africana, não devemos nos esquecer de que estamos utilizando o *nosso* conceito de eficácia produtiva, e não o *deles* – qual seja, a eficácia produtiva está contida em sua capacidade de atender às necessidades básicas da comunidade sem exaurir os recursos

disponíveis. Sob esse ponto de vista, a agricultura nativa era altamente eficaz. Tanto, que no início da colonização, os portugueses se utilizavam dessa agricultura para se abastecer de alimentação básica¹⁶. Além disso, devemos nos lembrar de que o nível tecnológico da agricultura indígena era tal, “que inventou a farinha a partir de um caldo tóxico para o ser humano”¹⁷. A farinha de mandioca é hoje alimento básico para o brasileiro; e este produto, difícil de ser obtido, foi produzido por essa agricultura pretensamente inferior.

Outra inferência que se faz com frequência, ainda nesse caminho, é a de que os nativos brasileiros não se adaptaram ao trabalho na grande lavoura de cana. Essa pretensa inadaptabilidade do aborígene é também apregoada desde os primórdios da colonização: “O índio – visivelmente capaz de grandes esforços – era considerado um preguiçoso nato e alguém com quem não se podia contar”¹⁸. Houve quem tentasse explicar a preferência do colono português pelo africano a partir de aspectos econômicos ou culturais intrínsecos ao nativo, os quais teriam contribuído para a consolidação dessa visão estereotipada do colono a respeito do indígena e sua rejeição ao uso do nativo como escravo. Vejamos o que há de relevante nessas explicações. Ciro Flamarion, por exemplo, argumenta que a não-existência de uma tradição em agricultura intensiva teria feito os nativos resistirem ao trabalho contínuo na lavoura¹⁹. Segundo esse autor, essa resistência se originava nos padrões produtivos do nativo, opostos ao trabalho intensivo, porquanto voltados para a subsistência. Stuart Schwartz, por sua vez, aponta para o fato de que, nas formações tribais brasileiras, a agricultura era uma atividade feminina, enquanto aos homens cabia a caça e a pesca²⁰. Dito isso, conforme a primeira linha argumentativa, o colono teria motivos para formar uma visão de que o indígena não gostava de trabalhar, o que explicaria sua rejeição ao uso do cativo brasileiro e sua preferência pela importação do negro. Por outro lado, segundo a constatação de Schwartz, o nativo não seria avesso ao trabalho em geral: o homem indígena é que se recusaria a plantar, para si e os colonos, devido à sua visão de divisão sexual do trabalho; mais uma vez, o colono teria motivos para rejeitar o uso do escravo indígena, substituindo-o pelo africano.

Bem, é claro que estes fatores podem sim ter influenciado para a construção de uma visão errônea de que o nativo era indolente; entretanto, isso não significa que o era

de fato. Se o nativo resistiu ao trabalho na lavoura intensiva, e o homem indígena resistiu à agricultura, isso não significa que não foram empregados com êxito na *plantation* colonial; portanto, os colonos não teriam motivos tão relevantes para formarem essa visão, caso não possuíssem outras razões para tal. Basta lembrarmos os aldeamentos jesuíticos, os quais, por aculturação, forçavam os indígenas a abandonarem seus padrões culturais tradicionais, tornando-os úteis à ocupação colonial; aldeamentos que também forneceram muitos nativos já aculturados aos senhores-de-engenho, os quais freqüentemente atacavam os jesuítas em busca de cativos dóceis. Além disso, sob o estalar do açoite e a violência²¹ da escravidão, tanto índios como negros, dos mais variados padrões culturais, aprenderam a obedecer ao colonizador, independentemente de se praticavam agricultura regular, sedentária, intensiva ou se havia ou não divisão sexual do trabalho entre seus pares.

A CARESTIA DOS PREÇOS

A região que posteriormente daria origem ao Brasil nunca fora nuclear no que diz respeito ao povoamento *pré-colombiano*²²: “a densidade de sua população autóctone [do Brasil] no momento do contato inicial era muito menor do que a então existente na Mesoamérica ou na Zona Andina”²³. Muitas dificuldades do período inicial da colonização teriam advindo dessa escassez crônica de mão-de-obra; o aproveitamento do escravo indígena, portanto, não seria suficiente na escala requerida por empresas agrícolas de grande envergadura, como os engenhos. Assim, o escravo africano teria chegado posteriormente para a expansão da empresa açucareira, que já estava instalada, mas necessitava de outra força motriz.²⁴

A baixa densidade demográfica autóctone pode sim ter dificultado o aproveitamento do nativo para expandir os engenhos na segunda metade do século XVI. Mas o que faria os portugueses reclamarem a importação de africanos antes de 1550? Os colonos portugueses, desde bem cedo, pressionaram para a introdução do escravo africano; as cartas dos donatários Pedro de Góis e Duarte Coelho²⁵ exemplificam a ânsia do colono português em obter o escravo africano, mesmo quando, presumivelmente, a reserva populacional autóctone ainda era abundante. O apresamento de índios, à época, estava em seu auge; tanto que, mesmo com a importação progressiva do africano a partir de 1550, o nativo ainda era, no início do último quartel do século XVI, maioria

absoluta nos engenhos nordestinos²⁶. Em outras regiões da América Portuguesa, como na Capitania de São Paulo, as atividades econômicas continuariam a se assentar, até meados do século XVIII, numa ampla e sólida base de escravos indígenas²⁷. Dessa maneira, o argumento da baixa densidade demográfica, apesar de pertinente, não dá conta por si só de explicar a introdução do negro no Brasil.

O que era mais *barato* ao colono: obter escravos localmente ou importá-los da África? Com frequência, tem-se respondido que o negro era mais barato de se obter; daí a preferência do colono pelo escravo africano. Para os que assim afirmam, essa diferença de preços seria causada justamente pela demografia brasileira. Uma vez esgotadas as reservas populacionais mais próximas, os dispêndios do apesador se tornavam muito maiores, na medida em que ele necessitava de ir mais longe para buscar o escravo nativo e este aprendia a resistir²⁸. Em contrapartida, o custo do apresamento não seria pago pelos traficantes na África, os quais

apenas trocavam os cativos por mercadorias baratas, se bem que valiosas para os negociantes locais. Pode-se [ainda] argumentar que o custo de transporte atlântico poderia encarecer o africano nas Américas. Todavia, este era cada vez menor à medida em que avançava a engenharia náutica, rotinizando o comércio negreiro.²⁹

Esse argumento parece razoável; entretanto, se o africano era tão menos custoso de ser obtido, por que ele não tomou o lugar do nativo em todas as regiões da Colônia? Ora, a partir da segunda metade do século XVII, os paulistas passaram a enfrentar uma verdadeira crise com relação ao custo de obtenção dos escravos nativos. Essa crise teria origem tanto no esgotamento de reservas populacionais indígenas locais, quanto na migração (forçada ou não) de escravos nativos para as Gerais. Era de se esperar que a solução para a crise fosse a introdução de escravos negros, *mais baratos de se obter*; entretanto, apenas os paulistas mais abastados puderam adotar essa solução até o início do século XVIII, de forma que o processo de substituição da escravidão nativa pela africana permaneceria incompleto. Somente com a expansão da economia açucareira, em fins desse mesmo século, é que a transição se consumaria³⁰.

É fácil entender porque nem todos os paulistas, em plena crise da mão-de-obra nativa, pudessem comprar escravos africanos na passagem do século XVII para o XVIII: estes dificilmente foram mais baratos. Em regiões cujas atividades econômicas possuísem pouca expressão para a Metrópole, os colonos raramente dispunham de

recursos para comprar escravos africanos. Ciro Flamarion Cardoso nos cita o caso da região amazônica, outra em que a maioria dos colonos não tinha recursos para comprar o escravo negro:

A Amazônia portuguesa manteve-se durante toda a época colonial como região pobre e subpovoada. Entre 1650 e 1750, sua economia baseou-se na coleta de recursos florestais – as “drogas do sertão” – e na escravização de índios [...] Esses escravos indígenas proviam a mão-de-obra básica **em uma região que carecia de recursos para importar escravos africanos.**³¹ (grifos nossos)

E há bons motivos para se acreditar que o escravo africano chegasse ao Brasil muito mais caro que o nativo. Os mercadores africanos eram habilíssimos negociantes, e as regras impostas por reis e chefes de além-mar eram as mais rígidas, variando muito de ponto a ponto do litoral. Os pacotes de bens com os quais se adquiria os escravos também variavam enormemente, tanto em produtos para um mesmo local, quanto em gostos de locais diferentes, e estavam longe de serem sempre *mercadorias baratas*. Havia também o componente da imprevisibilidade do ressarcimento de bens entregues a crédito aos apresadores locais, bem como do retorno de investimentos em feiras que, a qualquer momento, podiam ser fechadas por conflitos armados³². E as dificuldades não paravam por aí:

Na formação do custo com que os escravos eram vendidos nas Américas, tamanha era a fatia do transporte – a metade, pelo menos –, que já se aventou que, se viajassem como os emigrantes europeus – e estes vinham em condições mais do que desconfortáveis – e não apertados uns contra os outros, os altos preços que alcançariam no continente americano talvez tivessem desestimulado o tráfico negreiro.³³

Segundo Paul E. Lovejoy, é razoável supor que, no século XVI, a taxa de mortalidade entre os escravos transportados para as Américas tenha girado em torno de vinte por cento;³⁴ e ao fazer essa estimativa, Lovejoy pode estar subestimando o número real de vítimas das péssimas condições da travessia atlântica: “Em 1569, afirmava Frei Thomaz de Macedo, com relação aos negros embarcados nos navios tumbeiros, que ‘[...] maravilha é não diminuírem de vinte por cento’”.³⁵

Para manterem uma margem de lucro que compensasse as dificuldades da travessia, os traficantes obviamente repassavam os custos da viagem ao produto vendido nas Américas. Isto por si só seria suficiente para percebermos o quanto o tráfico de escravos negros era mais custoso para o colono que o apresamento de índios; entretanto, ainda há um ponto que merece ser considerado: “No comércio de escravos entre os navios europeus e a praia africana, em

quase todos os lugares e na maior parte dos séculos XVI e XVII, o mercado podia ser classificado como de vendedor”.³⁶ Apesar do senso comum, que costuma associar a África desse período a um verdadeiro celeiro de escravos prontos para ser embarcados, na realidade, a oferta africana sempre foi inferior à procura por parte dos mercadores europeus. Para grande parte das sociedades africanas, a posse de escravos era uma maneira importante de controle social, através principalmente do acesso às mulheres e, por consequência, à sua linhagem. Além disso, os europeus sempre tiveram que disputar a preferência pela compra com mercadores muçulmanos e com o próprio comércio inter-regional.³⁷

Diante de tanta dificuldade em sua obtenção, torna-se difícil acreditar que o escravo negro fosse mais barato que o escravo indígena. Portanto, é pouco provável que essa tenha sido a razão da troca.

OS INTERESSES METROPOLITANOS E OS INTERESSES COLONIAIS

A quem interessava o tráfico negreiro? *A priori*, não aos colonos, pois estes tinham que pagar por seu alto custo. Pode-se dizer que, além obviamente dos próprios traficantes de escravos, outra que se beneficiava com o tráfico era a Coroa Portuguesa; conseqüentemente, a ela *interessaria* fomentar o comércio negreiro. Neste momento, faz-se necessário qualificar esse pretenso interesse de Portugal no tráfico de escravos africanos.

O negro se tornara peça importante para a política metropolitana já no século XV. Apesar de custoso, o tráfico também era bastante rentável, em especial para a Coroa. Muito antes da implantação do negro no Brasil, esta já lucrava sobre a grande rentabilidade do tráfico através da tributação, permitindo que parte dessa rentabilidade fosse absorvida pela corte de Portugal:

as rendas fiscais auferidas com o tráfico negreiro justificaram a fundação da Casa dos Escravos em Lisboa em 1486, burocratizando um comércio responsável pela exportação de milhares de africanos para as Ilhas Atlânticas, América Espanhola e Europa antes da ocupação efetiva do Brasil.³⁸

A atividade tributária portuguesa poderia ter encarecido em demasiado o escravo africano para o colono americano comprar, inviabilizando sua implantação no Brasil colonial. Entretanto, o que nos chama a atenção é que os altos preços que os negros atingiam nas Américas nunca impediram que a procura por este artigo fosse sempre muito grande; afinal, “[...] sempre que podiam pagar o preço, os colonos preferiam os africanos aos nativos”³⁹. Alguns autores argumentam que, à política de Portugal, seria interessante manter os colonos, que gostavam do artigo importado, dependentes desse fornecimento externo, com o intuito de garantir-lhes a

fidelidade⁴⁰; daí consolidar-se-ia o interesse de Portugal em fomentar o tráfico negreiro (até mesmo em detrimento do tráfico interno de cativos), uma vez que este segundo objetivo não poderia ser obtido com o apresamento de nativos americanos.

Todavia, devemos estar atentos aqui para uma possível inversão. É fato que a Coroa lucrava com o tráfico; entretanto, isto não significa que houvesse uma política *sistemática* por parte de Portugal para implantar o escravo africano no Brasil – apesar das mostras históricas⁴¹ que, em geral, parecem confirmar o contrário. Primeiro, porque à Coroa mais interessante era obter a rentabilidade certa do açúcar, em face das incertezas do tráfico. Em segundo lugar, o gosto do colono pelo africano não se mostrava ilimitado: afinal, sempre que o preço do negro subia demais, o colono recorria⁴² ao escravo nativo. Por fim, sempre se soube que “por maior que fossem as rendas da coroa com o tráfico, o contrabando foi sempre muito maior”⁴³. Portugal não dispunha de meios materiais para fiscalizar a entrada ilegal de escravos africanos no Brasil; portanto, cairia por terra também a pretensa intenção de manter a fidelidade dos colonos através da dependência de um fornecimento de mão-de-obra externa.

Poder-se-ia argumentar que, se se não lucrava suficientemente com a tributação, à corte portuguesa interessaria o fomento do tráfico devido a interesses políticos: era preciso favorecer aos traficantes portugueses. Por muito tempo, acreditou-se que o tráfico foi uma das maneiras que mais permitiram à elite portuguesa obter vultosas fortunas no período colonial. Entretanto, de acordo com as pesquisas em curso de João Luís Frago⁴⁴, o tráfico tendeu a se desenvolver sob o controle de grandes comerciantes estabelecidos em Salvador, no Rio de Janeiro, e até possivelmente em Luanda, não em Lisboa. Assim, o tráfico negreiro se caracterizaria como uma atividade tipicamente colonial, em que os próprios traficantes são produto da dinâmica comercial estabelecida entre as colônias portuguesas, e não do apoio político de Lisboa.

Agora, atentemos para o seguinte: a tributação sobre o tráfico poderia sim ter rendido a Portugal muito mais, se dispusesse de um aparelho fiscal mais sofisticado; entretanto, a falta desse aparelho foi provavelmente muito mais vantajosa, visto que barateava o escravo negro para o colono comprar. E à Metrópole, interessava muito mais propiciar ao colono meios de consolidar a produção de sua Colônia. Para exemplificar essa postura de Portugal para com sua Colônia brasileira, citemos Stuart

Schwartz:

A eficácia dos senhores de engenho em contrapor aos argumentos morais dos jesuítas seu próprio **arrazoado pragmático** e em forçar a Coroa a ouvi-los simplesmente ressalta a razão de ser da colônia⁴⁵. (grifos nossos)

Nesse trecho, Schwartz se refere ao discurso dos senhores de engenho, questionando as justificativas jesuíticas de que não se poderiam escravizar os indígenas; entretanto, o que nos chama a atenção aqui é que o tal “arrazoado pragmático” irá forçar a Coroa a ouvir os colonos em muitas outras oportunidades.

O fato mais interessante nisso tudo é que o colono solicitou tão insistentemente a entrada do africano, que “[...] em 1559 a coroa autorizou o governador de São Tomé a permitir a saída [isenta de tributação] de 120 peças para cada senhor de engenho no Brasil”⁴⁶. E as tais peças são, evidentemente, escravos negros. Parece contraditório – principalmente quando nos recordamos dos altos custos de obtenção do africano –, mas, ao que tudo indica, a iniciativa pela implementação de uma política de fomento ao tráfico negreiro não coube à Metrópole, mas à Colônia.

EXPIAÇÃO DE PECADOS, OU “O NÃO SEI O QUE” DA HISTÓRIA⁴⁷

En 1688, Denonville, gobernador de Canadá, escribió a Luis XIV rogándole que pusiera fin a la escasez de mano de obra en Nueva Francia mediante la autorización de embarques directos de esclavos negros. Ruette d’Auteuil, el procurador general, expuso al rey de modo más cabal el caso canadiense arguyendo que la colonia septentrional no podía alentar ninguna esperanza de prosperidad a menos que a los empresarios se asegurara un contingente de trabajo esclavo seguro. [...]

Las continuas solicitudes a Francia describían la esclavitud negra como el remedio para todos los males económicos y sociales de Canadá.⁴⁸

As solicitações de Denonville e Ruette d’Auteuil, da mesma forma que as cartas dos donatários Pedro de Góis e Duarte Coelho, deixam transparecer um fato bastante interessante: o juízo de valor que os europeus, de modo geral, faziam de negros e índios durante o período colonial. Estes seriam uns indolentes, ingênuos, avessos ao trabalho regular; enfim, uma fonte insegura de trabalho escravo – como bem afirma o procurador-geral canadense. Aqueles, por sua vez, seriam fortes, estúpidos, submissos; ou seja, escravos por excelência.

Pode-se dizer o quanto outros fatores influíram na tomada de decisão do colono português e na sua preferência pelo africano; afinal, muitos já o disseram. Todavia, em última instância, o que pode ter pesado mais nessa escolha foi uma razão aparentemente simples, mas de grande complexidade: o português *quis* o africano para seu escravo. E o quis, porque *julgava* que o africano era melhor escravo que o nativo. A razão para esse juízo de valor perpassa por um universo mais amplo, bastante movediço, mas decisivo para caracterizar a maneira como irão agir os seres humanos: seu imaginário.

A hipótese central deste trabalho afirma que o imaginário construído pelo português quinhentista a respeito do negro e da escravidão foi decisivo para a construção de um discurso⁴⁹ escravista que encarava o negro como o escravo por excelência, transportando para ele todas as características necessárias a um bom escravo. Partindo do pressuposto de que o imaginário é uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”, e que este é também reestruturante em relação à sociedade que o produz⁵⁰, podemos inferir que esse imaginário teve um papel decisivo na escolha do colono português pelo escravo africano. Mas como se produziu esse imaginário? Em que condições ele influenciou a opção do português pelo negro africano?

Atrás dessas respostas, optamos por investigar a conjunção de dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, percebemos a existência de uma mentalidade⁵¹ europeia medieval que concebia a escravidão como um castigo divino necessário à expiação dos pecados, ao mesmo tempo em que associava a cor negra ao mal e ao pecado. Nesse momento, faz-se necessária uma consideração: não devemos confundir as noções de imaginário e mentalidade. O primeiro conceito, como já exposto, se refere à produção e circulação social de imagens, inclusive mentais, as quais se apresentam como figuras dinâmicas – o que não exclui que determinadas imagens emblemáticas possam persistir pouco alteradas por séculos – e relativas dentro do meio social – ou seja, uma mesma experiência pode gerar representações diversas e uma mesma imagem pode assumir significados distintos em grupos diferentes da sociedade. Já o segundo se refere a padrões coletivos de sentir e pensar, inscritos no tempo braudeliano da longa duração⁵² – tendendo à estagnação – e cuja inclinação é diluir as diferenças sociais.⁵³ No contexto deste trabalho, o uso concomitante desses dois conceitos se explica, na

medida em que admitimos que, em alguns casos, representações do imaginário podem ser produzidas a partir de padrões coletivos de sentir e pensar.⁵⁴

Em segundo lugar, constatamos que, da mesma forma que os colonos canadenses procuravam justificar sua solicitação do negro para a América, os colonos portugueses do Brasil quinhentista podiam utilizar uma outra experiência de sucesso para corroborar seus pedidos: os engenhos-de-açúcar em Madeira e São Tomé, cuja atividade, à base de escravos africanos, vinha desde o século XV⁵⁵. Essa experiência foi decisiva para fornecer substância a um imaginário embrionário que representava o negro como um escravo nato, consolidando-o e ressignificando-o, uma vez que as próprias características consideradas como essenciais ao bom escravo serão mais tarde transportadas para a figura do negro.

Nesse momento, faz-se necessário caracterizar melhor essa mentalidade do português quinhentista, em seus dois aspectos de interesse para este trabalho. O pensamento europeu do século XVI estava impregnado pela doutrina cristã. É fato que a Europa da época passava pelo *Renascimento*, com todo o discurso de ruptura com os valores e o pensamento medieval e de resgate do humanismo e do antropocentrismo – aos moldes da Antiguidade Clássica. Entretanto, seria ingênuo conceber que a religião cristã houvesse sido apagada de sua influência milenar no pensamento europeu. O fato é que grandes pensadores da Igreja medieval tentaram explicar e justificar a escravidão em geral. Santo Agostinho, ao tratar desse assunto, afirmava que a escravidão tinha sua origem no pecado; portanto, não haveria escravo que não merecesse sua condição. São Isidoro de Sevilha, por sua vez, chegou a conclusões mais extremas, ao dizer que a escravidão não só tinha uma origem divina, como também uma função: garantir ao cativo a expiação de seus pecados. Por fim, São Tomás de Aquino afirmava que a escravidão era útil e necessária aos propósitos da natureza, o que, de certa forma, retomava a idéia aristotélica dos sub-homens: escravos por natureza⁵⁶.

A obra desses três pensadores contribuiu significativamente para que não somente a Igreja, mas também a sociedade medieval concebessem a escravidão como um castigo divino, algo natural cujo propósito era purificar o pecador através do suplício do cativo. O interessante é observar que, da mesma forma que os cristãos posteriormente irão argumentar ser um ato pio escravizar os negros a fim de trazê-los

para a verdadeira fé, os muçulmanos já o haviam feito desde o século X⁵⁷. E os embates entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica ofereceriam condições excelentes para que estes se escravizassem mutuamente, também em nome da verdadeira fé⁵⁸. É razoável supor que os conflitos ocorridos entre as duas culturas tenham contribuído para fortalecer esse pensamento de parte a parte; pelo menos no lado cristão, é notório o quanto a associação entre a escravidão e a expiação dos pecados ter sido recorrentemente lembrada a fim de justificar a escravidão, e não apenas a dos africanos.

Ao remontarmos às figuras religiosas malignas do imaginário medieval europeu, percebemos que a cor negra com frequência era símbolo da maldade e do pecado. Dentro desse imaginário,

Negros [...] eram os demônios, os íncubos, os que queimavam no Inferno. Na simbologia européia, a própria cor negra indicava infortúnio, tristeza, impureza, maldade, perversão, terror e morte [...]⁵⁹

A cor negra, portanto, trazia em si mesma uma forte conotação negativa para o europeu. É preciso lembrar também que a África, tradicionalmente, era representada como um lugar exótico, terra de bestas fantásticas, de gente inculta e infiel, com costumes hediondos e associados ao mal e ao Inferno. Por conta disso: “Na Idade Média, em Portugal, a palavra ‘negro’ tornara-se quase sinônimo de escravo, e com certeza no século XVI ainda tinha implicações de servilismo.”⁶⁰ Possivelmente, essa livre associação da língua portuguesa medieval entre as palavras *negro* e *escravo* remonta não só ao juízo de valor que este fazia da cor negra, mas também ao seu imaginário a respeito das figuras diabólicas enegrecidas, da própria África, e até provavelmente de sua concepção de escravo como um pecador nato.

A associação feita pelo pensamento europeu entre a cor negra e o pecado, assim como a crença em uma escravidão natural, expiatório de pecados inatos ao cativo, foram imprescindíveis para que se construísse no imaginário europeu medieval, mesmo que embrionariamente, a figura do escravo negro como um escravo natural. Se a cor negra era associada na Europa à perversidade e ao pecado; se a escravidão era concebida como uma maneira de fazer o pecador pagar pelos seus pecados, purificando-o através do suplício do cativo; e se os homens africanos eram negros; então, natural era que o homem europeu tendesse, devido a essa *outillage mental*⁶¹, a construir e

consolidar a figura do negro como o escravo por excelência. Para esse processo, contribuíram três interpretações convergentes de passagens bíblicas, as quais foram apresentadas pela Igreja Católica para explicar a origem da escravidão negra. A primeira afirmava que esta era consequência do pecado de Adão, e da maldição divina imposta ao homem de trabalhar a terra com o suor do rosto. Na segunda versão, os africanos apareciam como os descendentes de Caim e, portanto, traziam a marca corpórea da maldição divina imposta ao primeiro assassino. Para a terceira interpretação, os africanos eram os descendentes de Cam, o filho de Noé amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira⁶².

Quando Noé acordou da embriaguês, ficou sabendo o que seu filho mais jovem [Cam] tinha feito. E disse: “maldito seja **Canaã**. Que ele seja o último dos escravos para seus irmãos [Sem e Jefé]”. E continuou: “Seja bendito Javé, o Deus de Sem, e que Canaã seja escravo de Sem. Que Deus faça Jefé prosperar, que ele more nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo”.⁶³ (grifo nosso)

Esta última interpretação, possivelmente, teria sido ressuscitada dos muçulmanos, que foram os primeiros a utilizá-la para justificar a naturalidade da escravidão negra. Entretanto, a despeito de ter sido a mais importante, essa versão era falsa; como podemos observar no trecho acima, Noé não amaldiçoou a Cam, mas somente um dos filhos deste, Canaã, ao passo que os africanos, tradicionalmente, são considerados os descendentes de outro dos filhos de Cam, Cuxe⁶⁴.

Falsa ou não, essa interpretação das *Escrituras* foi crucial. Para a Igreja, de uma forma ou de outra, era a afirmação de que o africano já nascia com a marca do pecado e da maldição divina no corpo; e se era amaldiçoado, deveria expiar seus pecados e ser trazido para a verdadeira fé. A representação⁶⁵ que se construía e consolidava era a de que o africano nascia negro para ser escravizado, pois sua negritude era a marca do pecado imposta por Deus. Esta fórmula foi extremamente poderosa. Toda a História da escravidão imposta pelos europeus a outros povos, a partir do século XV, seria escrita por homens imersos nesse imaginário. Homens que, por conta desse imaginário, passaram a transportar para a figura do africano características que consideravam imprescindíveis ao bom escravo: que eram curtos de inteligência, dóceis e pouco renitentes ao cativo; que eram também irresponsáveis, porquanto

precisassem do senhor para lhes guiar a vida; que eram fortes e afeitos ao trabalho, apesar de incapazes de grandes feitos, individuais ou coletivos. E ao crerem que o negro possuísse de fato estas características, e por pensarem que eram escravos natos, amaldiçoados por Deus, os europeus invertiam e subvertiam causas e efeitos: o negro era escravo por excelência por ter estas características, e tinha estas características por ser escravo por excelência. Assim, toda e qualquer prova que viesse a confirmar essa representação do negro africano só contribuía para fortalecê-la, mesmo que as relações entre as idéias e a realidade fossem pouco prováveis.

E O AÇÚCAR CRESCE NAS ILHAS ATLÂNTICAS

Nesse momento, inserimos na discussão um mais fator mais palpável e concreto que o imaginário europeu, e que foi decisivo para o seu fortalecimento: a colonização portuguesa das Ilhas Atlânticas. Não nos interessa explicar como se deu a expansão marítima de Portugal no século XV, e como essa expansão o tornaria a grande potência comercial da época no Atlântico. O que nos interessa, de fato, é saber que essa expansão propiciou aos portugueses a oportunidade de colonizar uma série de ilhas na costa africana – como o Arquipélago de Açores e a ilha de São Tomé –, bem como a ilha da Madeira.

A colonização dessas ilhas, cujo clima mais quente e úmido que o ibérico era propício ao cultivo de artigos tropicais, forneceu uma espécie de ensaio do que viria a ser a grande *plantation* colonial. Ao longo do século XV, colonos portugueses desenvolveram aí grandes plantações de cana-de-açúcar, cujo produto final – o açúcar – já havia caído no gosto dos europeus. Ao fim deste século, Portugal já dominava o comércio atlântico de açúcar, numa época em que Antuérpia ainda era parceira no negócio⁶⁶. A importância que Portugal e sua produção açucareira haviam conquistado na época pode ser constatada a partir de relatos da extravagância do rei português, que: “Em 1513 [...] presenteou o papa com uma estátua sua e de seus doze cardeais em tamanho natural, todas feitas de açúcar”⁶⁷.

A grande produção açucareira dessas ilhas não poderia ser sustentada pela população local, muito reduzida. Tampouco Portugal dispunha de gente para enviar em quantidade suficiente, visto que sofria de grande déficit populacional, ocasionado nos

séculos anteriores pela epidemia de peste negra e pelas batalhas de expulsão dos mouros de seu território⁶⁸. Assim sendo, a África tornou-se a principal fornecedora de mão-de-obra para os engenhos da Madeira e de São Tomé, essencialmente na forma de escravos. E para isso, grande contribuição teve o estabelecimento de entrepostos comerciais portugueses na costa africana.

Esses entrepostos tiveram uma dupla função nesse processo. Em primeiro lugar, possibilitaram aos portugueses se interarem do jogo político que se estabelecia no continente africano – em especial, na África Ocidental –, ensejando a utilização dessa complexa dinâmica a seu favor. Ricardo da Costa nos fala que o imperador de Mali fará, no século XV, uma aliança com o então rei de Portugal, D. João II, a fim de refrear a expansão da hegemonia de Gaô sobre os seus territórios⁶⁹. E essa aliança não foi um fato isolado. Como a guerra, por essa época, era endêmica na África Ocidental, como a atividade guerreira era uma das principais formas de os africanos obterem escravos, em inúmeros casos Portugal intervirá nesses conflitos a fim de obter de seus aliados, na forma de cativos, os prisioneiros de guerra capturados ao inimigo.

Em segundo lugar, nesses entrepostos os portugueses conviviam com as gentes locais. Essa convivência lhes deu a oportunidade de confirmar, com certo ar de estranheza, boa parte das representações a respeito dos africanos que já povoavam seu imaginário; assim, os africanos eram “tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério de baixo [isto é, do Inferno]”⁷⁰. Estavam postas, assim, as condições para que a compra de escravos na África se naturalizasse. E porquanto a indústria açucareira dessas ilhas obtivesse grande sucesso, este em parte seria atribuído ao uso de escravos negros, ou a suas pretensas características inatas, as quais os tornavam, ao ver dos portugueses, excelentes escravos.

É importante constatar como situações reais servirão para alimentar e fortalecer um imaginário que já estava posto, ao mesmo tempo em que este imaginário produzirá novas situações reais que o realimentarão. Em meados do século XVI, Portugal sentirá a necessidade de ocupar de forma mais sistemática o território do Brasil e, para tal, implantará aqui atividades produtivas que já se mostraram altamente rentáveis quando praticadas em outras regiões – os engenhos-de-açúcar⁷¹. Mas os

colonos portugueses tiveram grande dificuldade em construir os primeiros engenhos, visto que estes se assentavam no uso de técnicas bastante sofisticadas para o mundo pré-industrial do século XVI⁷². Não bastassem os problemas de ordem técnica, os colonos tinham ainda a dificuldade de habitar uma terra exótica, pouco convidativa para aqueles acostumados a condições de vida bem diferentes.

Como já foi dito, falta de braços não foi problema nesse momento; contudo, faltavam braços especializados para construir e manter os engenhos: “[...] os próprios portugueses, chegados diretamente da metrópole, pouco ou nada sabiam [a esse respeito]”⁷³. É provável que esses mesmos problemas técnicos tenham sido enfrentados pelos colonos da Madeira e São Tomé, ao menos numa primeira fase; entretanto, o momento era outro. Nem se lembravam os senhores-de-engenho brasileiros de que a produção açucareira nessas ilhas tinha passado pelos mesmos problemas; só se recordavam do seu sucesso, que, aliás, durante algum tempo, lhes foi contemporâneo. Duarte Coelho, nosso velho conhecido, em outra carta ao rei de Portugal⁷⁴, mandou buscar artesãos das Ilhas Canárias; escravos negros, é verdade. Ele certamente estava influenciado pelo sucesso que o uso de escravos africanos trouxe aos engenhos de lá, e acreditava repetir esse mesmo sucesso no Brasil. O curioso nisso tudo é que

No Brasil, os colonizadores, há tempos habituados ao emprego, em Portugal e nas Ilhas Atlânticas, de negros em serviços domésticos, como artesãos urbanos e como escravos especializados, **começaram a pensar na África como uma fonte lógica de homens com tais aptidões.**⁷⁵ (grifos nossos)

Nesse momento, pode nos vir à cabeça as palavras já citadas Ruetie d’Auteuil, procurador geral do Canadá, para quem a vinda de negros escravizados representava muito mais do que um suprimento de escravos: significava a solução de todos os males econômicos e sociais da Nova França. Para o colono português, vivendo numa terra inóspita, com falta de tudo do mais essencial ao seu modo de vida, sem o mínimo necessário à construção dos complicados engenhos-de-açúcar – e imerso num imaginário que via o negro como um escravo por excelência – a vinda deste pode ter se afigurado da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O importante aqui é atentarmos para o fato de que apenas os negros *ladinos* (escravos especializados) é que detinham técnicas úteis ao senhor-de-engenho, e por isso sua compra compensaria o alto preço a que eram vendidos nas Américas. Todavia, de modo geral, os outros africanos não tinham experiência com a cana⁷⁶, sendo tão bons ou ruins em seu plantio quanto os escravos nativos. Apesar disso, aqueles eram mais caros, e o eram por toda dificuldade de serem adquiridos na África e transportados para as Américas – assunto que já foi tratado neste artigo. Mesmo assim, sempre que podiam pagar o preço, os colonos preferiam os africanos. E qual era o motivo?

Bem, o português, a despeito do que se sucedia de fato, acreditava que valia mais a pena trazer o escravo africano que apresar o nativo. Não lhe importava que os outros africanos – que não os *ladinos* – não tivessem nada mais do que os próprios braços para acrescentar à sua empresa, e que esses braços poderiam ser obtidos de forma menos custosa⁷⁷. *Havia algo mais no africano*. Ele *serviria* como melhor escravo, simplesmente porque tinha nascido para sê-lo. Ele *deveria* ser mais produtivo que os demais escravos, porque já nascia com as características necessárias para ser o *escravo por excelência*. Vide o que já se tinha sucedido em Madeira e São Tomé. Se era difícil manter o nativo sob seu jugo, que se trouxessem escravos da África; estes *devem ser* mais fáceis de manter. E ao se deparar com o fato de que o africano não era melhor escravo que o indígena, o colono preferia não enxergar. Basta lembrarmos que tanto escravos indígenas quanto africanos foram dizimados por grandes epidemias; no entanto, na cabeça do português, o negro era mais resistente a doenças que o índio. Tanto negros quanto índios fugiam e formavam seus quilombos⁷⁸; entretanto, para o colono, o negro resistia menos ao cativo. Ambos eram *inferiores* ao europeu, mas o africano era mais. Ambos precisavam ser trazidos para a verdadeira fé; mas ao negro era verdadeiro milagre a transmigração da África para a América, pois foi só no cativo que este afinal conheceu a palavra de Cristo e a salvação eterna⁷⁹. Afinal, não importavam as reais condições em que se dava a empresa colonial; tampouco o sentido da escravidão negra nessa empresa. Na cabeça do português quinhentista, *negro* era sinônimo de *escravo*.

NOTAS

¹ Gostaria de agradecer o apoio e a dedicação do Professor Antonio Marcelo J. F. da Silva, Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que tanto incentivou à construção deste trabalho, o qual, aliás, foi redigido sob sua valiosa orientação.

² Cf. LISBOA, João Francisco. “Vida do Padre Antônio Vieira: no Brasil”. In: “Obras de João Francisco Lisboa”. Org. e rev. por Antônio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira da Castro. São Luís: 1865, v. IV, p. 479. *Apud*: COSTA E SILVA, Alberto da. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª reimp., 2002, p. 858.

³ O conceito de imaginário é bastante movediço, porquanto difícil de definir objetivamente. Nesse trabalho, a palavra imaginário irá se referir a um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de **imagens** visuais, verbais e, especialmente, **mentais**, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. Nesse sentido, o imaginário pode ser visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”, uma vez que esse imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz, interferindo na forma como essa sociedade atuará em relação à experiência sensível. (Cf. BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, pp. 91 e 93.)

⁴ Cf. COSTA E SILVA, *Op. cit.*, p. 849.

⁵ No contexto desse trabalho, o termo estereótipo é utilizado numa metáfora com o seu sentido literal, ou seja, aquilo que se produziu por estereotipia, uma espécie de processo tipográfico. Nesse caso, a metáfora se aplica a produção de imagens (os ícones da imprensa) que, “impressas” tão perfeitamente no conjunto do imaginário da sociedade, pouco se alteram por longos períodos e com muita dificuldade. Quotidianamente, a palavra estereótipo tem sido empregada para definir as imagens mentais que são produzidas sem muita relação com a realidade a que se referem, mas que se pretendem verossimilhantes a essa realidade.

⁶ Cf. DOURADO, Mecenas. “A Conversão do Gentio”. Rio de Janeiro: Ed. De Ouro, 1968, p. 128. *Apud*: GOERENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p. 130.

⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1585*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pp. 51-52.

V. “Cartas Avulsas”: 1550-1568. Vol. II de “Cartas Jesuítas”. Coleção de Cartas organizadas por Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro, 1931, pp. 207-208, 334.

V. FERNANDES, Folrestan. “Organização Social dos Tupinambá”. São Paulo, 2. ed., 1963, p. 40.

⁸ Cf. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. “Diálogos das Grandezas do Brasil”. Diálogos escritos em 1618. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1968, pp.138-139. *Apud*: GOERENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 130.

⁹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. “Diálogos das Grandezas do Brasil”, Diálogos escritos em 1618. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1968, pp.138-139. *Apud*: Jacob Goerender, *Op. cit.*, p. 130.

¹⁰ Cf. WÄTJEN, Hermann. “O Domínio Colonial Holandês no Brasil”: São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, pp. 488 e 490. *Apud*: Jacob Goerender, *Op. cit.*, p. 130.

¹¹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. “O Trabalho na Colônia”, In: Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, 9ª ed., 11ª reimp., Rio de Janeiro, Elsevier, 1990, p. 101.

Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 45.

¹² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 45.

¹³ *Idem*, p. 49.

¹⁴ Basta lembrar que a Igreja detinha o monopólio da educação no período colonial; os clérigos gozavam de grande prestígio moral, constituindo-se numa elite intelectual colonial. (Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, p. 101). Como tal, essa elite era detentora de saberes importantes para o próprio funcionamento da colônia; sua *experiência* na lida com os indígenas fornecia conhecimentos imprescindíveis ao trato com o nativo.

¹⁵ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. “Negros da Terra e Negros da Guiné: os termos de uma troca”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, a. 161, nº 408, jul./set. 2000, p. 332.

¹⁶ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, p. 102.

Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 44.

¹⁷ *Idem*, p. 330

¹⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 45.

¹⁹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, p. 98.

²⁰ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 42.

²¹ Utilizamos o termo *violência* neste contexto com a conotação tanto de violação – ato de violar – quanto de ato violento propriamente dito, (não que os termos sejam sinônimos perfeitos; entretanto, seus sentidos se aproximam de tal forma que julgamos útil fazer essa menção. Assim, fica evidente o caráter de violência da escravidão nas Américas – ou seja, do uso exacerbado da força para constranger os escravizados a não se insurgirem –, ao mesmo tempo em que esta procurava *violar* os padrões culturais destes escravos, a fim de minar com menos impetuosidade seu desejo de retornar ao *status quo* anterior).

²² Utilizamos esse termo na falta de outro mais apropriado.

²³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, p. 98.

²⁴ Cf. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1991, pp. 41-42.

²⁵ Reclamos dos donatários Pedro de Góis (“Carta a Martim Ferreira, de 18 de agosto de 1545”) e Duarte Coelho (“Carta a D. João III, de 27 de abril de 1542”). In: “História da Colonização Portuguesa do Brasil”. Diversos documentos, sob a direção de Carlos Malheiros Dias. Porto (Portugal): Litografia Nacional, v. III, 1924, pp. 262 e 314. *Apud*: GOERENDER, Jacob. *Op. cit.*, pp. 129-130.

²⁶ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 338.

²⁷ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1ª ed., 4ª reimp., 2005, p. 209.

²⁸ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 335.

Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 209.

²⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 335.

³⁰ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, pp. 209-210 e 220.

³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, pp. 107-108.

³² Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, pp. 867 e 869.

³³ COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 868.

-
- ³⁴ Cf. LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 76.
- ³⁵ Cf. VERNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 3. ed, s/d, p.434. *Apud*: GOERENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 139.
- ³⁶ COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 868.
- ³⁷ Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 871.
- ³⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Op. cit.*, p. 333.
- ³⁹ *Idem*, p. 330.
- ⁴⁰ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Op. cit.*, p. 333.
- ⁴¹ Como a promulgação de leis, sob a influência dos jesuítas, que, a partir de 1570, proibiram o apresamento de nativos, exceto nas *Guerras Justas*. (Cf. SCHWARTZ, Stuart B, *Op. cit.*, p. 46)
- ⁴² Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Op. cit.*, p. 338.
- ⁴³ *Idem*, p. 333.
- ⁴⁴ *Apud*: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, p. 103.
- ⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 46.
- ⁴⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Op. cit.*, pp. 336.
- ⁴⁷ O título desse trecho do trabalho foi inspirado numa frase muito curiosa de Jacques Le Goff, extraída de uma de suas obras em que tenta definir o significado de uma História das Mentalidades: “O primeiro atrativo da história das mentalidades reside precisamente na *o não sei o que da história* (sic).” (grifo nosso) (LE GOFF, Jacques. “As Mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 68).
- ⁴⁸ DAVIS, David Brion. *El Problema de la Esclavitud en La Cultura Occidental*. Buenos Aires (Argentina): Editorial Paidós, 1968, pp. 119-120.
- ⁴⁹ O conceito de discurso que estamos empregando neste trabalho se refere a “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. (Cf. ABERCROMBIE, N. et al. “The Penguin Dictionary of Sociology”. Harmondsworth: Penguin, 1988, verbete *discourse*. *Apud*: HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 6. ed., 2001, p. 50-51).
- ⁵⁰ Cf. BARROS, José D’Assunção. *Op. cit.*, p. 91.
- ⁵¹ Este é outro conceito bastante movediço, mais difícil de definir que imaginário, porquanto se refira a aspectos muito mais abstratos que as imagens com as quais se depara o historiador do imaginário. Nesse trabalho utilizamos esse conceito para nos referirmos aos modos de sentir e de pensar, estruturas de crenças e comportamentos que mudam muito lentamente, tendendo por vezes à inércia e à estagnação. (Cf. VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 129 e 134).
- ⁵² V. BRAUDEL, Fernand. “A Longa Duração”. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1976, pp. 7-70.
- ⁵³ Cf. LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, pp. 68-83.
- ⁵⁴ Cf. BARROS, José D’Assunção. *Op. cit.*, p. 96.

⁵⁵ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 329.

⁵⁶ Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, pp. 855 e 858.

⁵⁷ *Idem*, pp. 850-851.

⁵⁸ Cf. MAETRI, Mário. *Uma História do Brasil: colônia*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 54.

⁵⁹ COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 857.

⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 58.

⁶¹ Esse conceito foi cunhado por Lucien Febvre em sua obra “Un Destin, Martin Luther”, de 1928, para caracterizar os modos de pensar e sentir do homem europeu do século XVI, inspirado no conceito de mentalidade primitiva ou pré-lógica de Lévy-Bruhl. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*, p. 132.

A tradução aproximada desse conceito é algo como “utensilhagem mental”, que poderia ser entendido como o conjunto das estruturas mentais que delimitam e definem como e o que pode ser concebido numa determinada época. Cf. BARROS, José D’Assunção. *Op. cit.*, p. 102.

⁶² Cf. AZZI, Riolando. *A Cristandade Colonial: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 80.

⁶³ *Bíblia, Livro do Gênesis*, São Paulo, Paulus, 1990, cap. 9, v. 24-27.

⁶⁴ Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 850.

V. *Bíblia. Livro do Gênesis*. São Paulo: Paulus, 1990, cap. 9, v. 24-27.

⁶⁵ Nesse trabalho, o termo representação assumirá o significado de imagem mentalmente construída, a partir da interação entre a estrutura mental existente e a experiência sensível.

⁶⁶ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 329.

⁶⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 329.

⁶⁸ Cf. PAULA, José Luis Oliveira de & ALMEIDA, Wagner Luiz de. “Sobre a Adoção da Escravidão Africana no Brasil”. In: *CES Revista: periódico oficial do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: CES/JF, 2006, pp. 257.

⁶⁹ Cf. COSTA, Ricardo da. “A Expansão Árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai”. In: <<http://www. ricardocosta.com/pub/imperiosnegros.htm>>, acessado no dia 25 de maio de 2007.

⁷⁰ “Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné”. Vol. I, cap. XXVI, pp. 152-153. *Apud*: COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 856.

⁷¹ Cf. PRADO Júnior, Caio. “Formação do Brasil Contemporâneo”. São Paulo: Brasiliense, 15^a ed., 1971. *Apud*: PAULA, José Luis Oliveira de & ALMEIDA, Wagner Luiz de. *Op. cit.*, p. 258. (não há referência dos autores sobre o trecho da obra de Caio Prado Júnior que foi citado).

⁷² Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 330.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ V. “Carta de Duarte Coelho ao Rei de Portugal, de 14 de abril de 1549”. In: “Cartas de Duarte Coelho a El Rei: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada”. Organizado por J. A. Gonsalves de Mello e Cleonir Albuquerque. Recife: 1967. *Apud*: CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 336.

⁷⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 68.

⁷⁶ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de . *Op. cit.*, p. 330.

⁷⁷ A respeito desse assunto, David Eltis afirma que na própria Europa, durante o período colonial, haveria muitas pessoas fora do circuito econômico – tais como indigentes, vagabundos, ciganos e condenados por crimes comuns – que poderiam ter sido enviadas à América com um custo bem menor que o despendido com o tráfico negreiro. Ainda segundo Eltis, poderiam ter sido feitos escravos os rebeldes e os prisioneiros de guerra, abundantes numa Europa sempre em conflito. O preço destes escravos, usados de forma restrita no Caribe e na América do Norte, possivelmente seria menor que o do africano; entretanto, as conveniências econômicas não foram sequer levadas em consideração. Segundo o autor, em pleno século XVI, já não passava pela cabeça de um francês ou de um holandês que se pudesse escravizar um branco cristão.

Cf. ELTIS, David. “The Rise of the African Slavery in Americas”, Cambridge (Inglaterra), Cambridge University Press, 2000, pp. I-28 e 57-84, *Apud*: Alberto da Costa e Silva, *Op. cit.*, p. 852.

⁷⁸ Também chamados mocambos, nome mais usado quando para se referir ao agrupamento de fugitivos indígenas

⁷⁹ Cf. VIEIRA, Antônio. “Sermões do Rosário”. Sermões XIV e XVII. Lisboa (Portugal): J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1857-8. *Apud*: COSTA E SILVA, Alberto da. *Op. cit.*, p. 851.